

35ª Reunião Brasileira de Antropologia

13 a 17 de julho de 2026, UFG, Goiânia, GO, Brasil

GT 103 - Por uma noção mais ampla de saúde: abordagens críticas e etnograficamente situadas sobre Saúde Indígena.

Saúde, território e crença: práticas indígenas e produção da vida a partir do cuidado na comunidade indígena de Rio dos Índios/RN¹

Maria Eduarda das Neves Souza²

Mestrado em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRN

RESUMO:

Este trabalho integra a discussão desenvolvida no meu mestrado em Antropologia Social pela UFRN, realizado na comunidade indígena de Rio dos Índios e atualmente em andamento. A pesquisa analisa as relações entre saúde, saberes locais, cultivo e cura. A comunidade Potiguara Ibirapi de Rio dos Índios está localizada no município de Ceará-Mirim, na região metropolitana de Natal/RN. Fazendo fronteira com o Quilombo de Coqueiros e com a comunidade indígena de Aningas, configurando um território marcado pela presença de múltiplas etnias que sofreram e ainda sofrem os impactos da violência étnica, a qual atravessa tanto as políticas públicas quanto as relações sociais na região. Neste trabalho, proponho um recorte mais específico na área da saúde, compreendida não apenas como ausência de doença, mas como um conjunto de práticas cotidianas que articulam a produção de alimentos, o manejo do território, a transmissão de conhecimentos e formas coletivas de vivenciar esse processo. O campo nos conduz, dessa forma, à compreensão de que os saberes mobilizados a partir do cuidado, da crença nas formas de cura e do cultivo produzem sentidos distintos daqueles propostos pela biomedicina moderna. Durante a pandemia de COVID-19, período em que a comunidade precisou reorganizar sua estrutura cotidiana, foi possível identificar fatores que contribuem para a compreensão de como a saúde é concebida e praticada, bem como do papel central dos conhecimentos locais no enfrentamento desse momento

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

difícil em escala global. A necessidade de consumir o que era produzido localmente, somada à mobilização de conhecimentos tradicionais de cura, revelou o cultivo e os saberes ancestrais como estratégias fundamentais para a manutenção da vida. Do mesmo modo, a crença nesses conhecimentos fortaleceu sentimentos de proximidade, identidade e pertencimento no interior da comunidade. Ao articular saúde, cultivo, e saberes indígenas, o trabalho busca compreender como a saúde indígena evidencia práticas situadas, historicamente construídas e politicamente relevantes, que tensionam modelos hegemônicos de atenção à saúde e reafirmam o território como condição central para a produção da vida.

Palavras-chave: ancestralidade; povos indígenas; saberes tradicionais.

1. INTRODUÇÃO

A hora que você rezar o Pai Nosso, se tiver só abrindo a boca, foi homem. Se abrir a boca só uma vez ou duas, não foi. Aí quando abre a boca na ave maria, aí é mulher. Aí você abre a boca mesmo. Aí diz assim, olha. Nas palavras de Deus. Rezo o creio em Deus Pai, quando acaba de rezar, aí eu rezo duas vezes com o creio em Deus pai, com o Pai Nosso e a Ave Maria. Quando Deus andou no mundo, tudo ele curou, curou quebrante e espinhela caída levantou. Sai de cima de Eduarda, e leva para as ondas do Mar Sagrado. Com o poder de Deus pai, filho e Deus Espírito Santo, Amém! Deus quer, Deus pode, arretira tudo quanto é ruim de cima da família dela, Amém!
(entrevista com Mariquinha, 2024)

Início este trabalho com a fala de Dona Mariquinha, uma antiga curandeira da comunidade que, embora esteja enfrentando um processo de adoecimento dos olhos, segue curando todo tipo de mal, de perto ou de longe. Ela foi um dos grandes pilares da comunidade durante a pandemia; em nossas conversas, contava-me que curava à distância: bastava estender a mão e pedir a Deus.

Mulher, mãe, avó e esposa, Dona Mariquinha aprendeu o ofício com sua avó, mas hoje se encontra adoecida — pois quem cura, muitas vezes, também absorve. Diante disso, reflito sobre como as mulheres são pilares fundamentais em suas comunidades e o quanto se entregam em oferenda para cuidar do outro e muitas vezes esquecem delas mesmas. Trago essa reflexão inicial para demarcar os percursos desta

pesquisa, na qual pretendo me aprofundar em questões de gênero, raça e classe, além dos eixos que norteiam este trabalho: o cuidado e a saúde através da antropologia social.

Há uma tendência em se encarar o cuidado como algo banal ou intrínseco à rotina, mas a antropologia o resgata como uma categoria analítica fundamental para compreender a vida social. Heike Drotbohm (2022) ilustra essa complexidade ao afirmar que "o cuidado como uma base conceitual antropológica pode ser comparado a uma travessia por blocos de gelo fragilmente conectados". Sob essa ótica, o conceito deixa de ser um dado naturalizado e passa a ser uma lente teórica refinada, sensível às conexões instáveis e profundas que sustentam o tecido social.

Meu percurso etnográfico junto à comunidade inicia-se com um recorte distinto do que foi colocado na introdução do texto. Inicialmente, minha proposta era analisar a agricultura a partir de uma retomada externa iniciada em 2020. Contudo, após o adentramento em campo, os caminhos mudaram: busco agora reconhecer e analisar as formas de cuidado dentro da comunidade, compreendendo quais são os itinerários terapêuticos buscados e quem são seus detentores, ou no que consigo trazer até o momento, as detentoras. Desse modo, reitero que o campo verdadeiramente dita o caminho, sendo capaz de nos conduzir por outros percursos.

Este trabalho é parte da dissertação em andamento que desenvolvo na comunidade indígena de Rio dos Índios, localizada no município de Ceará-Mirim, integrante da região metropolitana de Natal no Rio Grande do Norte. Iniciei minha trajetória nesse território em 2023, por meio de um projeto de iniciação científica desenvolvido junto ao Projeto Nova Cartografia Social, núcleo RN.

Constituída por várias comunidades em processo de retomada étnica, a região do vale de Ceará-Mirim carrega as marcas da colonização e do impacto degradante da monocultura da cana-de-açúcar. Este cenário é caracterizado por formas contemporâneas de escravidão, em que os trabalhadores residiam no próprio local de trabalho e, frequentemente, recebiam como remuneração apenas alimentação e moradia.

Nesse contexto, as comunidades quilombola de Coqueiros e indígena de Aningas, situadas no vale, também partilham desse histórico de escravização e de condições precárias de trabalho, mas se destacam pela preservação de seus saberes tradicionais e pela reafirmação de suas identidades. A trajetória dessas comunidades é pautada pela resistência cotidiana, bem como pela busca persistente por equidade e pela garantia de direitos fundamentais por meio de políticas públicas como afirma uma das lideranças da comunidade:

Nossa comunidade é formada por lideranças, sobretudo sendo mulheres; nossa coordenação é de mulheres que cumprem vários papéis. Nós temos nossas casas, nossas obrigações, mas estamos aqui porque temos um objetivo: buscar políticas públicas para a nossa comunidade. Precisamos lutar por uma sociedade que pare de nos matar, o lugar da mulher é infinito. Muitas vezes nós precisamos resistir para continuar existindo. (Lizandra, 30/05/2026)

O vale, situado na porção mais baixa da cidade e conhecido pelos moradores como “baixo vale”, constitui um elemento central na construção da identidade dos habitantes de Ceará-Mirim. É nessa região que se concentra parte significativa da riqueza do município, em razão da presença do rio Ceará-Mirim, que banha e fertiliza suas terras. Essa condição confere ao baixo vale um elevado potencial agrícola, além de favorecer a abundância e o cultivo de plantas medicinais, historicamente associadas aos saberes e práticas locais.

Como moradora da cidade de Ceará-Mirim, Rio dos Índios se apresentava para mim como um espaço familiar e conhecido. Contudo, como aponta Gilberto Velho (1978), ainda que haja proximidade com determinado lugar, a perspectiva se transforma quando se trata de um outro lugar de fala; nesse sentido, marcadores sociais distintos tornam-se fatores cruciais para a análise.

Aquilo que eu conhecia sobre a comunidade restringia-se ao plano do imaginário e às narrativas compartilhadas por moradores ou, em meu caso específico, por meus familiares, sem um aprofundamento efetivo. Minha família migrou do interior para a cidade e a memória do local remetia à existência de parentes que moravam nos arredores, como o meu tataravô. Segundo conta minha avó, ele era tapuia, chamava-se “Pijorge” (apelido) e residia na Santinha, localidade situada nos limites de Rio dos Índios.

Recordo-me, também, dos frequentes relatos sobre as curas realizadas por curandeiras³, que envolviam o uso de plantas e sementes nos processos de cuidado. Eram descrições de modos de vida marcados por um ritmo mais brando, pela proximidade com o rio e por práticas alimentares distintas das urbanas. Alguns desses costumes e tradições acompanharam o fluxo migratório para a cidade, manifestando-se em práticas como a “cura com o ramo”, o preparo de lambedores e o uso de chás para enfermidades sazonais. Tais saberes persistem no cotidiano atual: minha avó, por

³ Curandeiras é a palavra usada pela comunidade para se referirem às mulheres que curam com o ramo, decidi usá-la a partir das diversas entrevistas e conversas que realizei.

exemplo, ainda recorre a remédios caseiros para a memória, na tentativa de amenizar os sintomas do Alzheimer de meu avô.

Acredito que esse contexto pessoal e familiar despertou meu interesse e me conduziu à escolha deste tema. Pretendo compreender de que forma a comunidade desenvolve o autocuidado, o cuidado com o próximo, com os familiares e como constrói uma concepção de saúde que também entra em confluência com a lógica biomédica. É fundamental analisar como esses conhecimentos e costumes tradicionais fomentaram um cenário de resistência e luta por direitos, visto que as formas de cuidado, as crenças e o cultivo da terra são pilares que orientam a construção da identidade local.

O processo de retomada étnica da comunidade de Rio dos Índios é sustentado por um resgate da memória coletiva, com a manutenção de tradições e costumes, principalmente pelas mais velhas. Pollak (1992), faz a afirmação que a memória coletiva não é apenas a preservação de lembranças do passado, mas um instrumento ativo que ajuda grupos a reconstruírem suas identidades, ele cita exemplos que a memória coletiva está inserida na memória individual quando fala sobre as entrevistas realizadas através da oralidade, que irão voltar sempre a pontos específicos vivenciados pela comunidade. Nesse sentido, as práticas de cultivo e medicinais, preservadas através da oralidade e dos vínculos de parentesco, seja com a natureza, familiar ou por afinidade, são expressões dessa memória viva.

Quando se discute a saúde no contexto comunitário, é recorrente o relato de que, historicamente, inexistia qualquer apoio institucional no território. A assistência era baseada essencialmente no saber prático de parteiras e curandeiras. As moradoras mais antigas costumam reviver em suas memórias os partos domiciliares e os imensos riscos a que eram expostas.

Em uma conversa recente com Gorete Nogueira, indígena, Potiguara Ibirapi, residente da comunidade, emergiram lembranças que ilustram essa realidade:

Sempre morei aqui nessa residência, sempre trabalhei nessas lavoura, plantando cana, quando mataram meu pai, com 10 anos de idade eu já comecei a trabalhar. Nunca gostei muito de médico não, é difícil, me trato em casa mesmo, quando vejo que algo me faz mal eu paro de usar e pronto. Quando fui ter meu menino, chamaram a parteira, demorou a nascer a placenta, a parteira foi e colocou pra eu vestir a camisa do meu marido suada, de repente despachou, ela, a parteira ainda é viva, ta bem velhinha, mas foi quem me ajudou. (Gorete Nogueira, 2026)

Os relatos sobre os partos e tratamentos caseiros na comunidade de Rio dos Índios são inúmeros e vêm acompanhados de superstições que atravessam a vivência local. Nesses casos, os itinerários terapêuticos são orientados pelas mulheres mais

velhas e de confiança da comunidade — que, hoje, já são poucas. Essas vivências também são compartilhadas e localizadas pelas moradoras dos engenhos próximos, as quais dividem a experiência de nascer, trabalhar e permanecer nesses locais. Essa memória coletiva e a posterior migração dessas famílias para a comunidade de Rio dos Índios revelam como essa população foi negligenciada e escravizada ao longo do tempo.

Na comunidade, esse panorama se reflete na memória coletiva que os moradores guardam sobre o trabalho nos engenhos, a vida na parte baixa de Rio dos Índios e o dia do desabamento. Ao relembrem o antigo modo de vida, eles destacam o privilégio que testemunharam enquanto comunidade: viver na parte baixa proporcionava uma proximidade maior com o trabalho e a agricultura, além do acesso à pesca e aos alimentos cultivados no próprio quintal. Havia também uma tranquilidade em relação às crianças, que brincavam sem riscos perto da mata e do vale — este último considerado a maior riqueza da comunidade.

A comunidade de Rio dos Índios atualmente possui uma grande quantidade de idosos lúcidos e saudáveis, fato que pude observar em minhas caminhadas e conversas pelo local. Quando os questiono sobre o motivo da longevidade e da boa saúde — mesmo sem terem tido, no passado, um atendimento médico contínuo —, eles me apontam três fatores principais: em primeiro lugar, a alimentação, que antigamente era natural e diferenciada; em segundo, a constante movimentação física decorrente do trabalho no vale; e, em terceiro, o uso dos remédios do mato aliado à fé que possuem em Deus e na cura.

Assim me conta Francisco de Assis Leão da Costa, morador da comunidade e sobrevivente da catástrofe provocada pelo deslizamento de terra. No dia do ocorrido, Seu Francisco perdeu a esposa e precisou passar um período internado devido a uma lesão na perna. Sobre a saúde e a rotina do passado, ele relembra:

O povo antigamente comia melhor, eu tomei muito remédio do mato, lambedor de hortelã, batata de purga, hoje é difícil achar, óleo de carrapato, dessas carrapateiras aí, todo mundo se movimentava muito, trabalhando logo cedo na agricultura, na plantação, lavava roupa do rio, por isso o povo era mais saudável, diferente de hoje, hoje esses menino novo só querem saber desse negócio. (Entrevista, Francisco de Assis Leão da Costa, 2026)

O medicamento do mato, como bem pontua Seu Francisco, é um ensinamento transmitido de geração em geração. Para cada problema de saúde existe uma erva específica como solução. No entanto, é necessário saber interpretar com precisão o que o adulto ou a criança está sentindo para definir a conduta correta: identificar se o

sintoma é decorrente de "olhado" (mau-olhado), se a cura está nos remédios caseiros ou se é o momento de buscar o hospital. Todas essas decisões exigem uma análise cuidadosa por parte de quem cuida.

Figura 1 - Filho de Seu Antônio Gomes na agricultura



Fonte: Neves, 2026

Nessa perspectiva, também se insere o processo de retomada étnica na comunidade indígena de Rio dos Índios, que se constitui a partir de um movimento pedagógico de ensinar e repassar tradições, costumes, remédios, diferentes formas de reza e a crença nesses conhecimentos. Como pude acompanhar em campo, o processo de cura só acontece quando há crença; esses elementos atuam em confluência para que a cura se efetive e tenha êxito. Essa lógica se estende, inclusive, às práticas de plantio, à fé em boas colheitas e à expectativa de um bom ano de chuvas, entendidas como fundamentais para a saúde do solo e para que a comunidade alcance uma produção agrícola satisfatória.

A comunidade de Rio dos Índios, compreendendo um total de 273 famílias, mantém uma relação estreita com a terra, utilizando a agricultura como principal meio de subsistência. Além disso, faz uso de plantas e ervas medicinais como fonte de cura, essa população faz questão de reforçar a importância do manejo dessas plantas

medicinais pelos detentores de saberes tradicionais como fundamental para preservação de uma identidade étnica nessa comunidade.

Figura 2 - Quintal de histórias



Fonte: Neves, 2026.

Percebi, ao longo da minha pesquisa de Iniciação Científica, que, para a comunidade de Rio dos Índios, o cultivo não se restringe à garantia da segurança alimentar, mas constitui também um meio fundamental de manutenção e transmissão de conhecimentos ancestrais, repassados de geração em geração. Diante disso, esta pesquisa propõe investigar o entendimento que a comunidade constrói sobre saúde, cuidado e boa alimentação a partir do acionamento da medicina indígena, com foco no processo de reafirmação da identidade étnica.

Destaca-se, nesse contexto, o papel dos mais velhos e das mulheres como guardiões e mediadores desses saberes. Esse processo que culminou neste artigo, buscou ainda compreender de que maneira tais práticas se articulam com a retomada étnica do grupo, ao mesmo tempo em que contribuem para a preservação do meio ambiente na região, considerando, inclusive, a centralidade do território para a comunidade.

Os/As indígenas de Rio dos Índios têm enfrentado inúmeros desafios na reafirmação da sua identidade étnica, principalmente por ser um grupo que só recentemente acionou essa identidade de forma pública que, assim como outros povos

indígenas no estado, foi completamente subsumida, por uma crença ampla de extinção completa dos indígenas no estado do RN desde a chamada “Guerra dos Bárbaros”, como aponta Cavignac, em um artigo publicado em 2003, chamando a atenção para essa crença equivocada da extinção de indígenas e quilombolas no estado, posto que temos atualmente várias etnias socialmente organizadas.

Desse modo, além da demanda por reconhecimento étnico, vários saberes e tradições que se consideravam esquecidas, estão sendo “recuperadas” pelos grupos étnicos através do acionamento de uma memória coletiva, baseada na maioria das vezes na oralidade. São comunidades que estão acionando os vínculos de parentesco, uma vez que, os mais velhos assumem o papel de guardiões da memória e compartilham seus conhecimentos com os filhos, netos e bisnetos, garantindo assim o que eles afirmam ser a “continuidade da tradição”.

Figura 3 - Seu Antônio Abá



Fonte: Neves, 2026.

Compreender a importância da memória coletiva, da transmissão de saberes por meio da oralidade e dos vínculos de parentesco na retomada da identidade da comunidade de Rio dos Índios é fundamental para entender os processos de reafirmação identitária que vêm ocorrendo em todo o estado do Rio Grande do Norte. Em especial, no município de Ceará-Mirim, observa-se a existência de outras comunidades que também vivenciam processos semelhantes de retomada étnica, como Lagoa Grande,

Ponta do Mato, Aningas, Primeira Lagoa e agora mais recentemente, a comunidade de resistência potiguar, que são os antigos moradores do engenho São Leopoldo⁴ que vêm se organizando na reafirmação de identidades historicamente invisibilizadas.

Essa invisibilização foi produzida e sustentada por uma narrativa oficial que ainda se perpetua na cidade, construída a partir do olhar das elites senhoriais — senhores de engenho, sinhás e coronéis — responsáveis pela prolongada exploração e escravização desses povos. Exemplo disso consta no livro “O Mundo Encantado de Ruy”, escrito pela filha do proprietário de um dos engenhos de Ceará-Mirim. A obra retrata o ideal de moradia sob a perspectiva de um senhor privilegiado, orgulhoso do vale e do que ele proporcionava à sua família, diante de todo o sofrimento e negligência de um povo, faço o questionamento, encantado para quem?

Diante disso, esta pesquisa busca compreender e dar visibilidade a uma cosmovisão que, há séculos, vem sendo apagada da história oficial, em um movimento contínuo de desumanização das comunidades tradicionais do município de Ceará-Mirim, apesar de estas serem partes fundamentais de sua formação em múltiplos aspectos, inclusive econômicos. Mais especificamente, o estudo procura compreender a relação que a comunidade indígena de Rio dos Índios estabelece com a saúde, com a natureza e com os processos de cura e os itinerários terapêuticos acionados a partir de conhecimentos tradicionais e da crença que os sustenta.

O cultivo da terra aparece, nesse contexto, como uma relação central, responsável por garantir a sobrevivência da comunidade, especialmente após uma grande catástrofe natural que alterou profundamente suas formas de moradia e de plantio. Ainda hoje, a paisagem do território carrega as marcas desse evento, visíveis, por exemplo, na grande vala que o atravessa.

QUEM CUIDA, CURA E REPARA

Ao longo do processo etnográfico, compreendemos e transformamos não apenas nossa escrita e nossas formas de observação, mas também nossos focos analíticos e as categorias a partir das quais interpretamos o campo. Os projetos e recortes inicialmente

⁴ O engenho São Leopoldo é um dos inúmeros engenhos que estão na localidade do baixo vale e dentro do território indígena de Rio dos Índios, na parte baixa, muitos moradores de Rio dos Índios migraram para trabalhar nesse engenho com a cana-de-açúcar. Moravam, estudavam, casavam-se dentro do engenho, como um modelo escravocrata, onde os trabalhadores não conseguiam sair das terras do barão.

delineados frequentemente se mostram insuficientes diante das experiências vividas em campo, exigindo reformulações orientadas pelas demandas, pelos encontros e pela reflexividade que atravessa as relações entre pesquisador e interlocutores. Nesse sentido, a etnografia desloca o olhar para além de escolhas metodológicas, implicando também uma revisão das formas de compreender o corpo, o cuidado, à saúde e a própria vida a partir das experiências compartilhadas no campo.

A partir desse movimento reflexivo, reorganizei o escopo inicial do meu projeto de mestrado. Apresento, neste artigo, um breve recorte das reflexões construídas durante o trabalho de campo, realizado na comunidade indígena de Rio dos Índios, localizada no município de Ceará-Mirim/RN, região metropolitana de Natal. Trata-se de uma comunidade que vivencia o processo de retomada identitária e de reivindicação por direitos e políticas públicas, intensificado a partir de 2020, durante a pandemia da COVID-19. Esse movimento não se configura como o surgimento de uma nova identidade, mas sim como a reafirmação de pertencimentos historicamente silenciados, negados e interrompidos por séculos de violência colonial.

As violências coloniais que atravessaram a história da comunidade de Rio dos Índios incidiram não apenas sobre o território, mas também sobre os corpos, os modos de viver e as formas de cuidar da vida. A tentativa exaustiva de apagamento das tradições, dos costumes e dos saberes indígenas produziu efeitos profundos sobre as experiências de saúde e adoecimento, configurando o que pode ser compreendido como um adoecimento histórico e coletivo. Nesse contexto, saúde não pode ser pensada de forma dissociada da terra, da memória, das relações comunitárias e das práticas cotidianas que sustentam a vida.

Apesar das múltiplas formas de rompimento, esbulho e negação, a luta e a resistência fazem parte do cotidiano da comunidade. Essas resistências se expressam, de maneira central, nas práticas de cuidado, nas formas de cura, no cultivo da terra e nas relações diárias, nas quais os saberes e costumes indígenas se mantêm e se atualizam atravessados pelo tempo. Tais práticas constituem concepções próprias de saúde, ancoradas na ancestralidade e na coletividade, que se contrapõem às lógicas coloniais de fragmentação do corpo e da vida.

A busca por reconhecimento dessa comunidade se traduz em conquistas no âmbito das políticas públicas e da segurança local. Um exemplo disso é a chegada da saúde indígena, que garantiu um atendimento contínuo, humanizado e que trouxe mais dignidade e respeito aos moradores. Sob essa nova perspectiva, a própria comunidade

passou a se autoconhecer. Paradoxalmente, um dado relevante desse processo é a resistência à vacinação: muitos indígenas recusam-se a tomar, principalmente, a vacina contra a Covid-19. Segundo entrevistas com a equipe de saúde local, grande parte dos residentes não possuía o cartão vacinal completo, o que deixava idosos e crianças vulneráveis a doenças que já são consideradas erradicadas.

A equipe de saúde indígena é composta por médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos de enfermagem e Agentes Indígenas de Saúde (AIS). Juntos, esses profissionais realizam a chamada “busca ativa”, deslocando-se até as residências daqueles que não têm condições de ir à Unidade Básica de Saúde (UBS). Esse atendimento domiciliar não se restringe aos agentes de saúde; médicos, enfermeiros e dentistas também vão até as casas dos pacientes. Essa prática viabiliza uma saúde mais humanizada, pautada no conhecimento real do chão do território.

Nesse contexto, as contribuições de Esther Jean Langdon (2014) tornam-se fundamentais, pois defendem que a antropologia deve dialogar com a saúde para além do olhar biomédico, nesse sentido, a presença da disciplina nos cursos de saúde é fundamental. Esse diálogo permite reconhecer o adoecimento como uma experiência social e cultural, valorizando as práticas de autocuidado e as políticas que respeitem a cosmologia da comunidade.

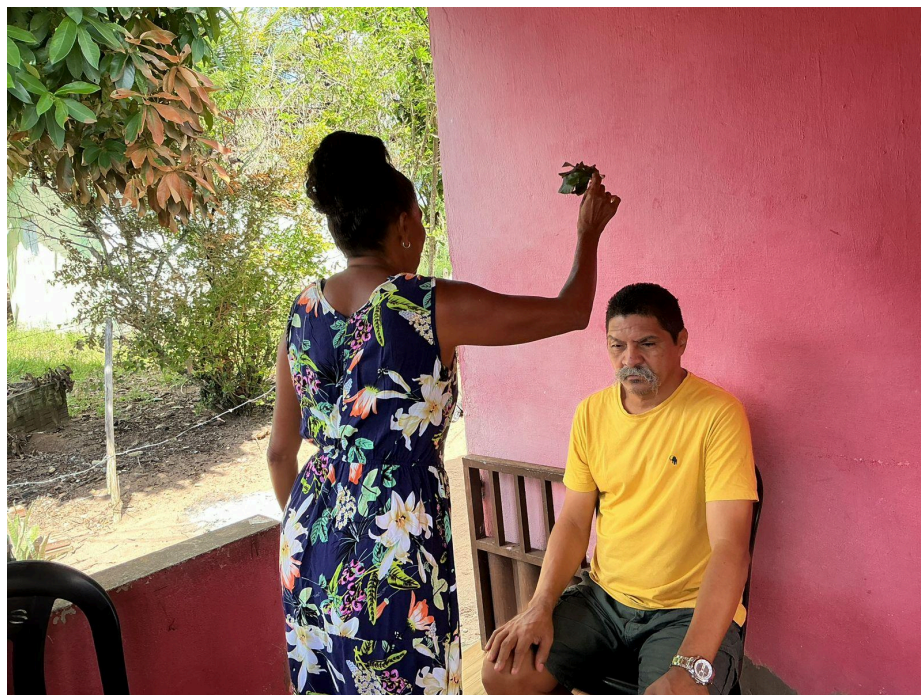
Diante de um cenário que exige compreender as causas dos problemas no território e buscá-las resolver de forma respeitosa, as entrevistas com os moradores sobre os dados de vacinação revelaram um padrão nas respostas: “Vou me vacinar pra quê? Eu tenho limão, mel e alho em casa, já resolvo”. Por isso, o trabalho da equipe de saúde é desafiador. Ao mesmo tempo, demonstra um profundo afeto e dedicação. Sendo composta em sua maioria por indígenas vindos da Baía da Traição, na Paraíba, compreende-se que o atendimento e a forma como acolhem os moradores carregam uma sensibilidade diferenciada, moldada por esse reconhecimento de uma identidade e da vivência.

Nesse sentido, compreendemos a saúde e o adoecimento como processos atravessados por determinantes sociais. Em diálogo com Luciane Ouriques Ferreira (2010), no artigo *Interculturalidade e saúde indígena no contexto das políticas públicas brasileiras*, observa-se o conceito de pluralismo médico, que descreve como diferentes culturas recorrem a variadas formas de cuidado, evidenciando a importância de um modelo de atenção diferenciado. Essa perspectiva dialoga com o cenário atual, marcado pelo aumento na busca por práticas integrativas e complementares que se somam à

biomedicina. No entanto, embora essas terapias ganhem espaço, elas frequentemente convergem com conhecimentos tradicionais que, em muitos casos, ainda enfrentam processos de deslegitimação.

Na comunidade de Rio dos Índios, a cura com o ramo é uma prática muito forte, respaldada pelos mais variados relatos. Existe a crença de que, quando o problema não é resolvido na UBS, recorre-se a uma curandeira para encerrar esse processo de adoecimento. Esse saber é transmitido e praticado majoritariamente por mulheres que aprenderam com suas mães e avós, ou até mesmo por meio da observação. Este último é o caso de Dona Célia (imagem abaixo), moradora da comunidade que desenvolveu o dom de curar observando as antigas benzedadeiras. Em depoimento, ela me confidenciou que “não adianta rezar sem acreditar”.

Figura – Dona Célia curando com o ramo Bigode



Fonte: Neves, 2026.

Entender a doença exige olhar para como a comunidade percebe a cura e também suas noções de bem ou mal, um processo que muitas vezes se cruza com a religião e com conhecimentos tradicionais de diversos povos. O que é visto como um tratamento “aprovado” depende diretamente dos valores culturais locais. Para Menéndez (2008), o adoecimento não é um evento isolado, mas algo conectado à totalidade da vida — desde os hábitos alimentares até as escolhas terapêuticas — refletindo a forma

como cada grupo social interpreta a saúde, o que nos leva a refletir sobre o processo histórico incorporado a realidade social da comunidade.

Figura 5 - Sala de espera da UBS de Rio dos Índios



Fonte: Neves, 2026.

A resistência dos povos e comunidades tradicionais no Rio Grande do Norte deve, portanto, ser compreendida à luz de um longo processo de tentativa de apagamento de suas identidades, saberes e formas de existência. Ao contrário das narrativas oficiais que insistem na ideia de desaparecimento ou dizimação dos povos indígenas no estado, como afirmado por Câmara Cascudo em *História do Rio Grande do Norte*, os povos indígenas nunca deixaram de existir. Pelo contrário, sempre estiveram presentes na construção da história do Rio Grande do Norte e do Brasil, ainda que submetidos a sistemas contínuos de silenciamento, negação e invisibilização promovidos pelo projeto colonial.

Essa negação histórica da existência indígena implicou também a negação de direitos básicos, especialmente no campo da saúde. O não reconhecimento étnico operou como um mecanismo de exclusão institucional, dificultando o acesso a políticas públicas específicas e invisibilizando as demandas de cuidado dessas populações. Tal dinâmica se articula ao que Lélia Gonzalez (1988) denomina como racismo por denegação, sustentado por uma noção de “identidade brasileira” homogênea, que apaga

a diversidade étnica e racial existente no país e opera diretamente sobre os corpos, produzindo desigualdades e vulnerabilidades no acesso à saúde.

Nesse sentido, o que se observa nas últimas décadas, especialmente no cenário do Rio Grande do Norte e, de modo mais específico, no município de Ceará-Mirim, é um processo de retomada identitária e política que também se expressa no campo da saúde. O Censo Demográfico de 2022 torna visível essa realidade ao apontar o crescimento do número de pessoas que se autodeclararam indígenas no estado, evidenciando não o surgimento de novos povos, mas o fortalecimento de processos de autoafirmação historicamente interrompidos ou negados. Esses dados não apenas conferem visibilidade estatística às populações indígenas, mas também sinalizam a emergência pública de corpos e coletividades que passam a existir para o Estado, reivindicando reconhecimento, cuidado e acesso a direitos, entre eles o direito à saúde.

Tal cenário nos convida a questionar as narrativas consagradas sobre a história potiguar: de que história estamos falando e quem teve o direito de narrá-la? Onde estão registradas as trajetórias, memórias e resistências dos povos originários e das comunidades tradicionais do Rio Grande do Norte? Como compreendemos a ideia de cura, cuidado e saberes? A ausência dessas histórias nos registros oficiais não indica inexistência, mas revela as hierarquias de saber e poder que definiram quais vidas e experiências seriam dignas de memória, reconhecimento e pertencimento.

Homi K. Bhabha (1998) convida à reflexão sobre o momento atual, no qual a sociedade frequentemente trata processos históricos como se fossem etapas superadas — a exemplo dos termos pós-feminismo e pós-colonialismo. O autor discute como o imaginário social tende a projetar uma resolução definitiva para esses conflitos, ignorando marcas e consequências que, pode-se dizer, jamais serão plenamente sanadas. Embora existam políticas de equidade, as desigualdades e o racismo estrutural persistem em uma sociedade que ainda marginaliza identidades, transformando o reconhecimento étnico em um campo de disputa.

Dentro dessa lógica, continuar a reproduzir o discurso de invisibilidade dos povos indígenas não é apenas um equívoco histórico, mas a manutenção de um projeto colonial contínuo. Como aponta Aimé Césaire (1978), esse projeto baseia-se na desumanização e na apropriação indevida de corpos e territórios. Assim, o apagamento desses povos não ocorre apenas no plano simbólico; ele produz efeitos concretos na saúde das comunidades, ao legitimar o abandono institucional e a negação de direitos básicos sob o pretexto de uma modernidade que ignora suas raízes.

Essa narrativa de negação e apagamento da existência indígena também colabora diretamente para a tomada e a vulnerabilização dos territórios. Ao produzir a ideia de povos inexistentes, a partir de discussões como a mistura dos povos e de uma busca por uma “raça pura” como apontado por João Pacheco de Oliveira (2004), em seu texto sobre os chamados “índios misturados” no Nordeste, ressalta como ocorreu um processo histórico de tentativa de eliminação étnica e como essa população ressurge publicamente com uma identidade que resistiu às diversas tentativas de apagamento.

Figura 6 - O vale e suas histórias



Fonte: Neves, 2026.

Uso a palavra “publicamente”, porque dentro das comunidades essa identidade nunca desapareceu, os costumes, saberes e modos de vidas sempre existiram e foram repassados. Continuo a discussão, afirmando que esse processo legitima a apropriação da terra e a inserção desses espaços em lógicas de exploração econômica. É nesse sentido que o debate de Anna Tsing (2015) sobre a ruínas dos capitalismo contribui para compreender como os territórios indígenas passam a ser incorporados a sistemas de extração voltados à circulação de commodities, nos quais a vida local é subordinada às demandas do mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, ao longo deste trabalho, conseguimos analisar diversos fatores do cotidiano da comunidade de Rio dos Índios. Em primeiro lugar, observou-se a negação de direitos a uma população historicamente marcada pela violência institucional, racial e de gênero. Essa negligência se reflete na recusa de um atendimento médico de

qualidade, o que, por outro lado, impulsionou os moradores a buscarem suas próprias alternativas de tratamento. Hoje, esse cenário se transforma a partir de um processo de retomada e de resistência da comunidade na luta pelos direitos que lhes foram negados ao longo do tempo.

Compreendemos também o racismo sofrido pela comunidade a partir de uma lógica colonialista que se perpetua até os dias atuais. Durante décadas, a produção canavieira operou sob uma dinâmica que coisifica e violenta corpos e territórios, transformando a terra em mero recurso e a força de trabalho em um elemento descartável. Essa estrutura também moldou profundamente a forma como a sociedade enxergava o ser indígena, suas tradições e seus contextos.

Os engenhos, os barões e essa cultura latifundiária tentaram apagar e escravizar todo um povo, que nascia e crescia dentro dos engenhos, submetido a uma lógica de subsistência severa: nascer, trabalhar e morrer no mesmo espaço, com pouca perspectiva de futuro. Tal processo não apenas reconfigurou o espaço geográfico, mas produziu impactos profundos sobre os modos de vida, as relações comunitárias e as condições de saúde da população local.

Anna Tsing (2015) também contribui para esse debate ao propor o conceito de Plantationceno, que evidencia como as plantações monoculturais reorganizam paisagens, relações sociais e ecologias, produzindo formas específicas de desigualdade, exploração e vulnerabilidade, colocando essas pessoas as “margens”.

Por fim, pudemos analisar, a partir de alguns recortes, quem são as pessoas que exercem o papel do cuidado dentro da comunidade, como ocorre esse processo de cura e quais são as suas bases. As mulheres estão inseridas na linha de frente desse contexto, mas também carregam o peso de sua posição: embora sejam as responsáveis por cuidar, preservar e reparar, sofrem violências que, muitas vezes, são invisibilizadas, tais como a violência doméstica e a negação do acesso aos estudos, à própria saúde e, principalmente, ao lazer.

Exercer o papel de cuidadora em um cenário de forte privação de direitos é extremamente complexo e, em muitos casos, desumano. Nesse sentido, as políticas públicas que vêm sendo conquistadas auxiliam e confortam essas mulheres, pois, com a consolidação da saúde indígena, quem cuida finalmente passa a ter o direito de também ser cuidada.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Retorno à reflexividade**. São Paulo: Editora UNESP, 2024.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão do sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CAVIGNAC, Julie A. **A etnicidade encoberta**: ‘índios’ e ‘negros’ no Rio Grande do Norte. Mneme: Revista de Humanidades, v. 4, n. 8, set. 2003. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

DAS, Veena. **Vida e palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DROTBOHM, Heike. O CUIDADO ALÉM DO REPARO. **Mana**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n1a206>. Acesso em: 07 jun. 2026.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Paulinas, 1989.

GONÇALVES, Marco Antonio. **Etnobiografia**: subjetivação e etnografia. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. **Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno:** fazendo parentes. *ClimaCom – Vulnerabilidade*, Campinas, ano 3, n. 5, 2016.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do bem-viver.** Rio de Janeiro: Escola Parque, 2020.

LANGDON, Esther Jean. **Os diálogos da antropologia com a saúde:** contribuições para as políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1019-1029, 2014.

MARCUS, George. **Identidades passadas, presentes e emergentes.** *Revista de Antropologia*, v. 34, p. 197-221, 1991.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução.** Florianópolis: Insular, 2013.
MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva.** Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

MENDES, Anapaula Martins; LEITE, Maurício Soares; LANGDON, Esther Jean;

GRISOTTI, Márcia. **O desafio da atenção primária na saúde indígena no Brasil.** *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 42, e184, 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem da volta:** etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria LTDA, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social.** *Revista Estudos Históricos*, v. 5, p. 200-212, 1992.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. **O conceito de biopoder hoje.** *Política & Trabalho*, n. 24, p. 27-57, 2006.

SARTI, Cynthia; DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Antropologia e ética:** desafios para a regulamentação. Brasília: ABA Publicações, 2012.

SILVA, Alexandra et al. **Território, ambiente, identidade e poder**: reflexões a partir de múltiplas perspectivas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

SILVA, E. B. **A História dos Barões do Açúcar no Rio Grande do Norte**: uma análise crítica das relações de poder no Vale de Ceará-Mirim. Natal: Editora Universitária UFRN, 2011.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TSING, Anna Lowenhaupt. **O cogumelo no fim do mundo**. São Paulo: n-1 edições, 2022.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas sobre a antropologia de sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1981.